

PLANEJAMENTO REPRODUTIVO À MULHER EM CONTEXTO DE PÓS ABORTAMENTO: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Glenna Briana Pontes Azevedo¹, Vivianne Karine Santos Machado², Rita de Cássia Velozo da Silva³

¹Enfermeira. Pós graduanda em Enfermagem Obstétrica. Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: glennabri@gmail.com

²Enfermeira. Pós graduanda em Enfermagem Obstétrica. Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Itabaiana, Sergipe, Brasil. E-mail: vivianne_karine@hotmail.com

³Enfermeira. Doutora pela Universidade do Porto. Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: rvelozo2009@gmail.com

RESUMO

Objetivo: analisar a produção científica na área de enfermagem à respeito do planejamento reprodutivo junto às mulheres que sofreram aborto e identificar como é realizada a assistência contraceptiva às mulheres em contexto de pós abortamento.

Método: revisão integrativa, utilizando a Biblioteca Virtual de Saúde nas bases de dados eletrônicas: LILACS, MEDLINE, SCIELO e BDEFN.

Resultados: Dentre os 11 artigos que compuseram este estudo, identificou-se um artigo do ano 2008 (9,09%), um de 2009 (9,09%), dois de 2011 (18,18%), dois de 2013 (18,18%), um de 2014 (9,09%), dois de 2016 (18,18%), e dois de 2017 (18,18%). Observou-se que todos os estudos que compõem a revisão foram de autoria de enfermeiras/os, o que mostra o quanto a temática tem importância para esta categoria profissional, enfatizando a discussão sobre a assistência de enfermagem no planejamento reprodutivo e em suas dimensões.

Conclusão: o planejamento reprodutivo após o aborto é um tema pouco discutido no Brasil, sendo necessário a realização de mais estudos para que seja feita uma melhor avaliação da assistência prestada.

DESCRITORES: Aborto. Anticoncepção. Planejamento Familiar.

REPRODUCTIVE PLANNING FOR WOMEN IN THE CONTEXT OF POSTING ABORTMENT: AN INTEGRATING REVIEW

ABSTRACT

Objective: to analyze the scientific production in the nursing area, regarding the reproductive planning of women who have undergone abortion and to identify how contraceptive assistance is provided to women in the context of post abortion.

Method: integrative review, using the Virtual Health Library in the electronic databases: LILACS, MEDLINE, SCIELO and BDEFN.

Results: Among the 11 articles that composed this study, we identified an article of the year 2008 (9.09%), one of 2009 (9.09%), two of 2011 (18.18%), two of 2013 (18, 18%), one from 2014 (9.09%), two from 2016 (18.18%), and two from 2017 (18.18%). It was observed that all the studies that make up the review were authored by nurses, which shows how much the theme is important for this professional category, emphasizing the discussion about nursing care in reproductive planning and its dimensions.

Conclusion: reproductive planning after abortion is a subject rarely discussed in Brazil, and further studies are needed to better evaluate the care provided.

DESCRIPTORS: Abortion. Contraception. Family Planning.

PLANIFICACI3N REPRODUCTIVA A LA MUJER EN CONTEXTO DE POSTE ABORTAMIENTO: UNA REVISI3N INTEGRATIVA

RESUMEN

Objetivo: analizar la producci3n cient3fica en el 3rea de enfermer3a, respecto al planeamiento reproductivo junto a las mujeres que sufrieron aborto e identificar c3mo se realiza la asistencia anticonceptiva a las mujeres en contexto de post aborto.

M3todo: revisi3n integrativa, utilizando la Biblioteca Virtual de Salud en las bases de datos electr3nicas: LILACS, MEDLINE, SCIELO e BDEF.

Resultados: En el caso de las mujeres, se observ3 un aumento de la mortalidad por c3ncer de pr3stata en el momento de la vacunaci3n, 18%), uno de 2014 (9,09%), dos de 2016 (18,18%), y dos de 2017 (18,18%). Se observ3 que todos los estudios que componen la revisi3n fueron de autor3a de enfermeras / os, lo que muestra cu3nto la tem3tica tiene importancia para esta categor3a profesional, enfatizando la discusi3n sobre la asistencia de enfermer3a en la planificaci3n reproductiva y en sus dimensiones.

Conclusi3n: la planificaci3n reproductiva despu3s del aborto es un tema poco discutido en Brasil, siendo necesario la realizaci3n de m3s estudios para que se haga una mejor evaluaci3n de la asistencia prestada.

Descriptores: Aborto. Anticoncepci3n. Planificaci3n Familiar.

INTRODU33O

O abortamento representa um grave problema de sa3de p3blica. Estima-se que ocorram, considerando apenas o Brasil, mais de um milh3o de abortamentos induzidos ao ano, sendo uma das principais causas de morte materna no Pa3s. Por atravessar um emaranhado de aspectos sociais, culturais, econ3micos, jur3dicos, religiosos e ideol3gicos, 3 tema que incita passionalidade e dissens3o, parecendo, sob consider3veis perspectivas, distante de sa3da. Compreender sua abrang3ncia e repensar solu33es demanda tanto investimento em educa33o e informa33o – vitais no aprimoramento da capacidade cr3tica – quanto o comprometimento constante do Estado, dos profissionais de sa3de e da sociedade em geral com o ordenamento jur3dico nacional e alguns de seus mais basilares princ3pios: a democracia, a laicidade do Estado, a igualdade de g3nero e a dignidade da pessoa humana.¹

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), define-se como aborto a interrupção da gestação antes do início do período perinatal, a partir de 22 semanas completas (154 dias) de gestação, quando o peso ao nascer é normalmente de 500 g. - Costuma-se classificar o aborto como precoce quando ocorre antes de 13 semanas da gravidez, e como tardio quando se dá entre as 13 e 22 semanas. O abortamento pode ser provocado quando a interrupção da gravidez é decisão transformada em alguma ação com essa finalidade, ou espontâneo, quando a perda do feto não é consequência de manipulação voluntária.²

A saúde pública no Brasil, durante o século XX, passou por inúmeras transformações e dentre elas, destaca-se a ascensão de movimentos feministas, que lutavam em busca do direito das mulheres diante da assistência integral e planejamento reprodutivo. Estas conquistas atualmente são vistas através de políticas e programas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), que propiciam avanços nos contextos de direito sexual e reprodutivo resultando na melhora da assistência obstétrica, planejamento reprodutivo e atenção ao abortamento.³

No que se refere ao direito sexual e reprodutivo faz-se relevante abordar a respeito do planejamento reprodutivo. Este, conhecido também como planejamento familiar, consiste em um conjunto de práticas que visam a regulação da fecundidade, buscando subsidiar os indivíduos diante da previsão e controle sobre ter filhos ou àqueles que não possuem essa intenção. Estas práticas envolvem adolescentes, jovens e adultos que possuem vida sexual, sendo esta com ou sem parceiros fixos, ou que pretendem possuir.⁴

Ao falar sobre os direitos das mulheres, faz-se necessário ressaltar que o planejamento reprodutivo está incluso na Estratégia de Saúde da Família, logo há a presença de ações que visam a assistência integral da mulher, sendo assim, o foco não constitui apenas no papel reprodutivo, mas também na prevenção da gravidez não desejada, a qual pode desencadear ao aborto de forma induzida.⁵

Para tanto, o profissional de saúde, em especial o enfermeiro, por representar a maior categoria na força de trabalho em saúde, e atuar como a linha de frente, necessita estar capacitado para prestar assistência humanizada e adequada às mulheres no processo de abortamento ou pós-aborto. Na prática cotidiana, muitos profissionais de saúde, despreparados, deixam influenciarem-se por convicções pessoais, que conseqüentemente resulta na negligência da assistência à saúde das beneficiárias. Faz-se necessário, portanto, que os enfermeiros conheçam as alterações físicas e emocionais das pacientes, visando auxiliá-las na hospitalização mais humanizada.⁶

É sabido que as práticas contraceptivas, em situações de aborto no Brasil, são pouco discutidas em suas literaturas, já que se trata de uma prática com restrição legal neste país. Entretanto, a assistência contraceptiva está inclusa na atenção à mulher em pós-abortamento e possui influência direta à adesão de métodos contraceptivos.

Sendo assim, o estudo faz-se relevante, pois conhecer a qualidade da assistência reprodutiva prestada à mulher vai interferir diretamente na adesão ou não dos métodos anticoncepcionais, a fim de evitar possíveis novas gravidezes indesejadas – juntamente com risco de um novo aborto - ou uma gravidez que possa gerar riscos à saúde da mulher ou da criança devido ao reduzido intervalo intergestacional. Para nortear o estudo, será utilizada a seguinte pergunta: Como é realizada a assistência contraceptiva às mulheres em pós abortamento?

Assim, este estudo tem como objetivo geral analisar a produção científica na área de enfermagem, à respeito do planejamento reprodutivo junto às mulheres que sofreram aborto, e identificar como é realizada a assistência contraceptiva às mulheres em contexto de pós abortamento.

Diante dos objetivos específicos, observamos a necessidade de identificar fatores desencadeantes para a prática do aborto, identificar a consequência de um aconselhamento reprodutivo inadequado à mulher, e caracterizar o perfil sociodemográfico das mulheres que se apresentam nas instituições de saúde em situação de abortamento.

MÉTODO

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, estruturada nas seguintes etapas: identificação do tema e formulação da questão norteadora, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão de estudos, seleção dos artigos através de busca nas bases de dados, avaliação dos estudos incluídos no estudo, discussão e síntese dos dados evidenciados nos estudos.

Esse método de pesquisa apresenta como vantagem a possibilidade de síntese e a análise do conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado. É caracterizado por apresentar ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo à inclusão de múltiplos estudos com diferentes delineamentos de pesquisa para compreensão da temática estudada, e oferece aos profissionais de diversas áreas de atuação na saúde o acesso rápido aos resultados relevantes de pesquisas que fundamentam as condutas ou a tomada de decisão, proporcionando um saber crítico.⁷

A questão norteadora definida para o estudo foi: Como é realizada a assistência contraceptiva às mulheres em pós abortamento?

Definiram-se como critérios de inclusão para a seleção dos artigos: artigos completos, publicados na língua portuguesa, disponíveis online e gratuitos, publicados entre os anos de 2008 e 2017 e que abrangessem o tema escolhido. Os critérios de exclusão foram: artigos de revisão, editoriais, teses, monografias e dissertações e estudos que não contemplassem o intento desta pesquisa.

Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca manual por artigos e busca eletrônica no portal da Biblioteca Virtual em Saúde nas seguintes bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System on-line* (MEDLINE), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e Banco de Dados em Enfermagem (BDENF).

Os descritores adotados na estratégia de busca foram extraídos do Banco de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), quais sejam: abortamento, anticoncepção, métodos contraceptivos, planejamento familiar utilizando-se o booleano AND nos cruzamentos.

Base de dados	LILACS	MEDLINE	BDENF	Total
Descritores				
Abortamento AND anticoncepção	32	13	03	47
Abortamento AND métodos contraceptivos	35	15	06	56
Abortamento AND planejamento familiar	34	17	04	55
Anticoncepção AND métodos contraceptivos	1.323	17.737	118	19.171
Anticoncepção AND planejamento familiar	519	8669	64	9.249
Métodos contraceptivos AND planejamento familiar	591	9.513	82	10.182
Total incluído	2.534	35.964	277	38.760

Tabela 1 – Resultados da associação dos descritores e operadores booleanos, conforme base de dados. Salvador, Bahia, 2018.

A busca inicial resultou em 38.760 artigos, sendo distribuídos nas seguintes bases de dados: LILACS 6.5% (2.534 artigos), MEDLINE 92.7% (35.964 artigos), BDENF 0,77% (277 artigos). Quanto ao ano de publicação 20% (89) dos artigos foram de 2012, 25% (109) de 2013, 22% (97) de 2014, 14% (62) de 2015, 9,8% (43) de 2016 e 9,4% (41) de 2017.

Utilizando os critérios de exclusão foram excluídos 38.358 artigos, sendo selecionados 402 artigos potenciais para o estudo. Após a leitura criteriosa do título e do resumo dos mesmos, por consenso das pesquisadoras e em obediência aos critérios de inclusão e exclusão, foram eleitos 11 artigos que passaram a compor a amostra.

RESULTADOS

Dentre os 11 artigos que compuseram este estudo, identificou-se um artigo do ano 2008 (9,09%), um de 2009 (9,09%), dois de 2011 (18,18%), dois de 2013 (18,18%), um de 2014 (9,09%), dois de 2016 (18,18%), e dois de 2017 (18,18%).

Observou-se que todos os estudos que compõem a revisão foram de autoria de enfermeiras/os, o que mostra o quanto a temática tem importância para esta categoria profissional, enfatizando a discussão sobre a assistência de enfermagem no planejamento reprodutivo e em suas dimensões.

Em relação aos locais onde ocorreram os estudos, todos foram na rede pública, sendo: quatro unidades de saúde da família, dois centros municipais de saúde, uma universidade, e dois hospitais maternidades de referência.

De acordo com o sexo e faixa etária dos participantes, foi predominante o sexo feminino em todos estudos, sendo 100% em dez trabalhos, e 87,80% em um, com uma faixa etária ampla de 13 a 49 anos.

O Quadro 1 resume os artigos encontrados para esta discussão, trazendo com destaque o título, autoria, periódico e anos, bem como os principais achados dos estudos.

Quadro 1 - Identificação dos artigos selecionados para o estudo. Salvador, Bahia, 2018.

Nº	Título	Autoria	Periódico/ Ano	Principais Achados
01	Planejamento da gravidez: prevalência e aspectos associados	Ana Luiza Vilela BORGES, A. L. V. et al	Rev. esc. enferm. USP vol.45 no.spe2 São Paulo Dec. 2011	A prevalência de planejamento da gravidez foi de 33,3% [25,2%-42,3%]. Os aspectos associados ao planejamento da gravidez foram ter parceria estável, não estar na primeira gestação e já ter vivenciado um abortamento.
02	Integralidade do cuidado em enfermagem para a mulher que vivenciou o aborto inseguro	CARVALHO, S. M; PAES, G. O.	Esc. Nery vol.18 no.1 Rio de Janeiro Jan./Mar. 2014	O enfermeiro, ao acolher essa mulher nos serviços de saúde, deve atentar para as especificidades desse atendimento, procurando prestar o cuidado de forma integral, principalmente no que se refere ao apoio e orientação dessa mulher para o planejamento reprodutivo e

				prevenção de novos episódios de aborto. Com relação aos serviços de saúde, as informações e orientações sobre os métodos contraceptivos, segundo as entrevistadas, são pouco difundidas e com falhas quanto ao trabalho de prevenção e promoção da saúde dessas mulheres. Esse quadro mostra a necessidade de ações estratégicas que melhorem as condições para as práticas sexuais e reprodutivas de mulheres, sobretudo das jovens, incluindo o atendimento em situação de pós-aborto.
03	Conhecimento e utilização da Contracepção de Emergência por acadêmicos de enfermagem	BATAGLIÃO, E. M. L; MAMEDE, F. V.	Esc. Anna Nery vol.15 no.2 Rio de Janeiro Apr./June 2011	<p>Destes que responderam ter feito o uso do método de emergência, em geral afirmam que foi por conta própria, sem indicação médica; e os principais motivos foram a falha do preservativo (ruptura) e o não uso de método contraceptivo regular. É preocupante o fato de esses estudantes não fazerem o uso de nenhum método contraceptivo, visto que a pílula CE tem sua eficácia diminuída com o uso recorrente.</p> <p>Porém, deve-se fazer o uso correto e consciente, juntamente com a educação sexual, a fim de prevenir o uso indiscriminado do método.</p>

04	Planejamento familiar: uma questão de escolha	ANDRADE, E. C; SILVA, L.R.	Rev. Eletr. Enf. [Internet]. 2009;11(1):85-93	<p>Dentre as mulheres houve uma grande taxa de abortos provocados, fato que evidencia a grande ocorrência de gravidez não desejada. A melhor estratégia para diminuir esse número, é tornar os métodos contraceptivos disponíveis e acessíveis. A elevada taxa de aborto provocado pode ter influenciado na decisão pela esterilização e por métodos reversíveis mais seguros. De acordo com estudo a anticoncepção tem papel incomparável e seu uso de forma inadequada favorece a ocorrência de vários agravos, como a gravidez indesejada, gravidez na adolescência,</p>
----	---	-------------------------------	---	---

				abortamentos ilegais e aumento na mortalidade materna
05	Planejamento familiar: uma base de dados	SILVA, J. M. B. et al.	J. res.: fundam. care. online 2017. abr./jun. 9(2): 510-519	Compete aos profissionais de saúde a assistência a concepção e contracepção, explicitando as finalidades de ambas as opções para a população, contudo apesar do destaque maior à política de contracepção, há ainda uma fragilidade no quantitativo e variedade dos métodos, bem como na definição de papéis dos profissionais de saúde na ação de planejamento familiar. Ainda, os elevados índices de gestações não planejadas e, conseqüentemente, a incidência de abortos provocados pode-se correlacionar aos problemas na assistência por parte dos profissionais.
06	Temas abordados nos grupos educativos de saúde sexual e reprodutiva: uma revisão integrativa	PAIVA, C. C. N. et al.	Ver. fundam. care. online 2016. jul./set. 8(3): 4872-4881	No que tange à temática do aborto, verifica-se que a mesma é pouco discutida na assistência educativa, embora o assunto esteja exposto nas demais políticas de saúde sexual e reprodutiva. A literatura científica afirma que grande parte das situações de abortamento inseguro podem ocorrer devido à falta de informação sobre métodos contraceptivos e seus efeitos, dificuldades de acesso aos métodos, falhas na sua utilização por falta de acompanhamento do método pelos Serviços de Saúde e pela falta de participação masculina na vida reprodutiva do casal.

07	O desabrochar das flores: opiniões de adolescentes grávidas sobre planejamento familiar	DANTAS, L. A. et al.	Cogitare enferm. Vol. 18 enferm. vol.18 no.3 Curitiba Jul./Set. 2013	Os resultados indicaram que ainda existem fragilidades quanto ao conhecimento e uso dos métodos contraceptivos. Além disso, as adolescentes evidenciaram desconhecimento sobre planejamento familiar, porém, em sua maioria, afirmaram que a gravidez ocorreu de forma desejada, desmistificando o fato de que uma gestação na adolescência ocorre de forma inesperada
08	Contracepção pós-abortamento: relação com a atenção em contracepção e intenção reprodutiva	BORGES, A. L. V.	Cad. Saúde Pública vol.32 no.2 Rio de Janeiro 2016 Epub 23-Fev-2016	o cuidado integral à saúde da mulher em situação de abortamento deve incluir, além do tratamento de emergência, o acesso universal ao planejamento reprodutivo, inclusive orientações para mulheres que desejam uma nova gestação possam engravidar em condições clínicas apropriadas para o desenvolvimento saudável da gravidez. Isso é possível por meio do fortalecimento das redes de cuidado em todos os níveis de atenção, assim como a capacitação dos trabalhadores para a efetiva implementação dos protocolos já disponíveis.

09	Caracterização das mulheres que realizaram o aborto após gravidez indesejada	SANTOS, A. A. et al.	Rev enferm UFPE on line., Recife, 11(5):1847-51, maio., 2017	As mulheres que praticam o aborto são mulheres com fator socioeconômico baixo que ainda veem o aborto como forma de planejamento familiar recorrendo a essa prática quando se veem em uma situação em que a gravidez não é desejada.
----	--	----------------------	--	--

10	Criminalização do aborto no Brasil e implicações à saúde pública	SANTOS, V. C. et al.	Rev. Bioét. vol.21 no.3 Brasília Sept./Dec. 2013	Evidenciou-se que o déficit na qualidade da assistência prestada, especificamente à saúde reprodutiva da mulher, como as ações do planejamento familiar, bem como a ilegalidade do aborto no Brasil, provoca implicações à saúde da mulher, vez que várias buscam práticas inseguras e clandestinas de abortamento. Considera-se que a proibição não impede que o aborto seja realizado. Do ponto de vista ético, a mulher, como qualquer outro indivíduo, independentemente de raça, etnia ou classe social, tem o direito sobre seu corpo.
11	Vidas arriscadas: uma reflexão sobre a relação entre o número de gestações e mortalidade materna.	SOARES, V. M. N.	Rev Bras Crescimento Desenvolvimento Hum. 2008; 18(3): 254-263	Os óbitos maternos devido ao aborto, com proporção duas vezes superior à das mulheres com até duas gestações, poderiam ter sido evitados em parte pela inclusão, em programas de planejamento familiar mais efetivos, das mulheres que não desejavam mais engravidar, atendendo a suas necessidades particulares e identificando as dificuldades na utilização e na adaptação aos métodos contraceptivos. A garantia ao aborto seguro e ao tratamento adequado das suas complicações também se mostra indispensável.

DISCUSSÃO

O estudo de Borges et al. (2011), mostrou que as mulheres que possuem parceria estável, que não está na primeira gestação e que já passou por uma situação de aborto conseguiram realizar o planejamento reprodutivo; diferentemente das mulheres que não possuem parceria estável e que nunca engravidaram antes estão mais sujeitas à uma gravidez não planejada. Santos et al. (2017) demonstrou que o perfil das mulheres que realizam o aborto são de poder socioeconômico baixo.

De forma resumida, foi possível observar através do estudo de Andrade e Silva (2009) a grande taxa de abortos provocados, observando-se mais uma vez a questão da gravidez não planejada, que poderia ser evitada através das práticas de planejamento reprodutivo. No que se refere ao papel da enfermagem, Carvalho e Paes (2014) evidencia que o profissional enfermeiro, ao se deparar com a mulher nesse contexto, deve prestar uma assistência de forma integral, reforçando o apoio emocional e orientação da usuária quanto ao planejamento reprodutivo, a fim de evitar novos episódios de aborto. Em contrapartida, também mostra que há falhas nessa assistência, visto que tais informações são pouco difundidas na sociedade, mostrando assim, a necessidade de ações visando a melhoria das informações.

Tal falha pode ser mostrada também no estudo de BATAGLIÃO e MAMEDE (2011), que discutem sobre o uso do método anticoncepcional de emergência realizado de forma própria, ou seja, sem orientação de um profissional médico, devido à falha do preservativo e o não uso de um anticoncepcional de forma contínua. Também aborda sobre a necessidade de educação sexual. PAIVA et al., 2016 acrescenta que além da falha na educação sexual, podem ser visto falhas no que se refere à informação sobre os métodos contraceptivos e seus efeitos, acesso e utilização dos mesmos. DANTAS et al. (2013) afirma que existem fragilidades sobre os métodos e que havia um desconhecimento sobre a temática de planejamento familiar mediante a população estudada.

Sendo assim, para SILVA et al., 2017 compete aos profissionais de saúde à assistência à concepção e contracepção deixando claro a finalidade de cada uma para a população em geral; também pode-se perceber que o índice elevado de gestações não planejadas influenciam na incidência de abortos provocados, que poderiam ser reduzidos caso não houvesse falha na assistência durante o planejamento reprodutivo.

O cuidado integral à mulher em condição de abortamento, segundo BORGES (2016), deve incluir o acesso universal ao planejamento familiar abordando também sobre as condições clínicas necessárias para que se haja uma futura gravidez de forma saudável, para aquelas que possuem interesse em uma nova gravidez. Tal prática deve ser feita em todos os níveis de assistência à saúde.

CONCLUSÃO

É sabido que o abortamento representa um grave problema de saúde pública e que envolve diversos fatores entre eles sociais, culturais, econômicos, religiosos, jurídicos e ideológicos; sendo assim, compreender sua abrangência e as condutas para com esses

casos se fazem necessárias para que se possibilite a criação de políticas a fim de promover uma assistência adequada à mulher que se propõe a tal prática, dentre elas, o planejamento reprodutivo após o procedimento.

O planejamento reprodutivo após o aborto é um tema pouco discutido no Brasil, sendo necessário a realização de mais estudos para que seja feita uma melhor avaliação dessa assistência prestada, visto que esta conduta influencia diretamente na vida da mulher.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área Técnica de Saúde da Mulher. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2011.
2. Ribeiro FRG, Spink MJP. REPERTÓRIOS INTERPRETATIVOS NA CONTROVÉRSIA SOBRE A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO DE FETOS ANENCEFÁLICOS. *Psicologia & Sociedade*; 23(n. spe.), 63-71, 2011
3. Strefling ISS, Filho WDL, Kerber NPC, Soares MC, Gomes VLO, Vargas E. CUIDADO INTEGRAL E ACONSELHAMENTO REPRODUTIVO À MULHER QUE ABORTOU: PERCEPÇÕES DA ENFERMAGEM. *Esc Anna Nery (impr.)*2013 out - dez ; 17 (4): 698 – 704.
4. Brasil. Ministério da Saúde. Protocolos da Atenção Básica: Saúde das Mulheres/Ministério da Saúde, Instituto Sírio Libanês de Ensino e Pesquisa – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
5. Anjos KF, Santos VC, Souza R, Eugênio BG. Aborto e saúde pública no Brasil: reflexões sob a perspectiva dos direitos humanos. *Saúde em Debate* • Rio de Janeiro, v. 37, n. 98, p. 504-515, jul/set 2013.
6. Cometto G, Witter S. Tackling health workforce challenges to universal health coverage: setting targets and measuring progress. *Bull World Health Organ* 2013;91:881–885.
8. Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvão CM. REVISÃO INTEGRATIVA: MÉTODO DE PESQUISA PARA A INCORPORAÇÃO DE EVIDÊNCIAS NA SAÚDE E NA ENFERMAGEM. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2008 Out-Dez; 17(4): 758-64.
10. Santos VC, Anjos KF, Souza R, Eugênio BG. Criminalização do aborto no Brasil e implicações à saúde pública. *Rev. bioét. (Impr.)*. 2013; 21 (3): 494-508.
12. Carvalho SM, Paes GO. Integralidade do cuidado em enfermagem para a mulher que vivenciou o aborto inseguro. *Esc Anna Nery* 2014;18(1):130-135.

13. Bataglião EML, Mamede FV. CONHECIMENTO E UTILIZAÇÃO DA CONTRACEPÇÃO DE EMERGÊNCIA POR ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM. Esc Anna Nery (impr.)2011 abr-jun; 15 (2):284-290.

15. Dantas ALB, Carvalho JG, Silva MMH. Planejamento familiar: percepção de mulheres que desejam ter filhos. R. Interd. v.6, n.4, p.51-59, out.nov.dez. 2013.

17. Borges ALV. Contracepção pós- abortamento: relação com a atenção em contracepção e intenção reprodutiva. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 32(2):e00102015, fev, 2016.

Paiva CCN; Villar ASE; Silva MDB; et al. Temas abordados nos grupos educativos de saúde sexual e reprodutiva: uma revisão integrativa. Rev Fund Care Online. 2016 jul/set; 8(3):4872-4881. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2016.v8i3.4872-4881>